

Março de
2018

Relatório de acompanhamento dos projetos estratégicos da Justiça Federal

Acompanhamento dos projetos estratégicos da Justiça Federal, para o período de
2015/2020

Sumário

INTRODUÇÃO	2
1. CARTA DE SERVIÇOS DA JUSTIÇA FEDERAL.....	6
2. ESTUDOS SOBRE A ATRATIVIDADE PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA NA CARREIRA DE SERVIDOR DA JUSTIÇA FEDERAL.....	8
3. NOVAS DEMANDAS DA JF: ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA DE CARGOS DA ÁREA JUDICIÁRIA	10
4. FORTALECIMENTO DO CLIMA ORGANIZACIONAL, COM ÊNFASE NA PROMOÇÃO DA SAÚDE NO TRABALHO	11
5. PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE	12
6. NIVELAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	13
7. UNIFORMIZAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS	16
8. CONTRATAÇÕES CONJUNTAS NA ÁREA DE TI.....	18
9. DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE CÁLCULOS EM NOVA TECNOLOGIA	20
10. PROJETO DE PESQUISA SOBRE DEMANDAS REPETITIVAS NA JUSTIÇA FEDERAL	21
11. REQUISITOS MÍNIMOS DE FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	24
12. IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJE.....	25
13. INTEROPERABILIDADE NA JUSTIÇA FEDERAL.....	27
14. ESTUDOS VISANDO ALTERAÇÕES NA LEF (LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS Nº 6.830/80)	28
15. DEPÓSITOS JUDICIAIS NA JUSTIÇA FEDERAL.....	30



Introdução

Os projetos estratégicos da Justiça Federal foram definidos no Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF para o período de 2015 a 2020 e resumem as iniciativas propostas para dar suporte ao alcance dos macrodesafios do período.

A portaria CJF-POR-2015/00092, de 2 de março de 2015, designou os gestores das iniciativas estratégicas, definindo também as suas atribuições.

Para acompanhamento dos projetos, foi criado módulo específico na ferramenta SEI, desenvolvida pelo TRF4. O módulo permite o acompanhamento da iniciativa, a partir da inserção do plano de projeto e das entregas com cronograma.

Com a finalidade de apresentar a situação atual, mesmo os que ainda não foram inseridos no módulo de acompanhamento de projetos do sistema SEI, utilizaremos os status previstos no Manual de Gestão de Projetos da Justiça Federal, aprovado pela Portaria CJF-POR-2016/00023, de 19 de janeiro de 2016.

1. Não iniciado - Situação que pode estar no portfólio, mas a sua execução ainda não foi iniciada. Nenhuma atividade está sendo executada. Normalmente, este é o primeiro *status*;
2. Em estruturação: Situação que inclui análise, categorização e aprovação da proposta inicial, elaboração do plano de projeto e respectiva aprovação;
3. Em execução: Situação que possui atividades em execução (qualquer atividade);
4. Suspenso: Situação que, por alguma determinação/tomada de decisão, tenha sido suspenso. Suspenso não significa que tenha sido cancelado, mas deverá aguardar alguma decisão para ter ou não sua execução retomada;

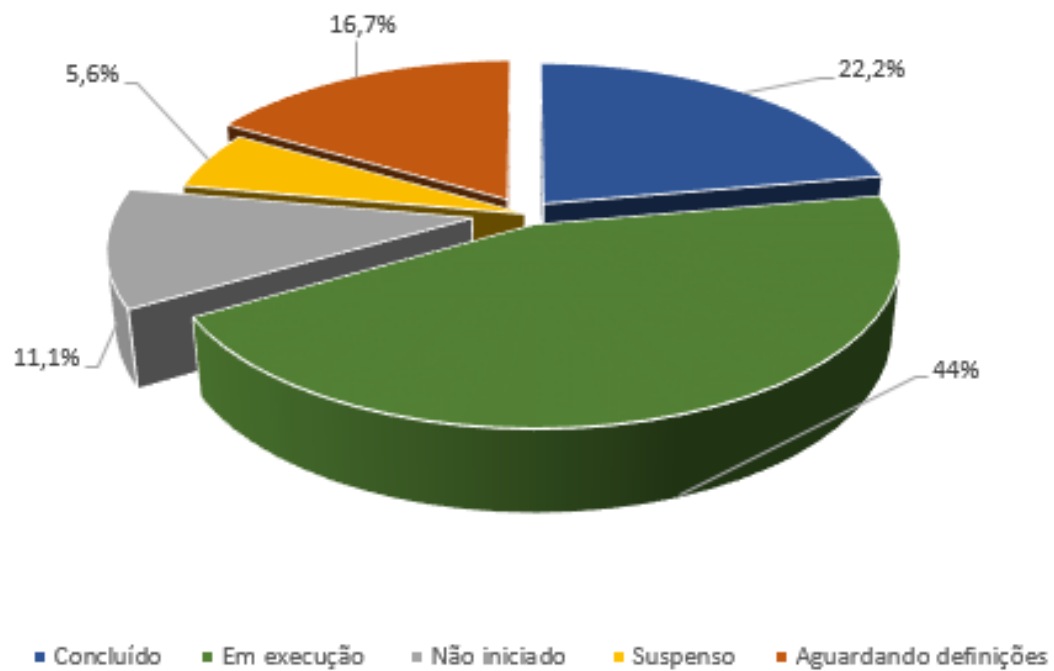


5. Cancelado: Situação na qual tenha sido cancelado temporariamente, ou seja, ele poderá voltar a ser executado, mas não existe uma previsão ou tenha sido cancelado definitivamente após a execução de algumas atividades. Os projetos cancelados poderão ser retomados futuramente;
6. Concluído: Situação que seguiu todo o seu ciclo de vida, estando concluídas todas as suas fases. Representa o último status de um projeto;
7. Aguardando definições: Situação em que está com as suas atividades paralisadas aguardando definições do gestor e da alta administração;
8. Excluído: Situação que também por alguma determinação/tomada de decisão tenha sido eliminado do portfólio sem que nenhuma atividade tenha sido iniciada. Os projetos excluídos não poderão ser retomados futuramente.

A seguir, apresentamos a síntese do status dos projetos e o resumo de cada um deles, incluindo o objetivo e a fase de desenvolvimento.

Status dos Projetos Estratégicos Nacionais		
Março de 2018		
Projeto	Status	Progresso
Implantação dos Sistemas Eletrônicos de Gestão Integrados - SEGI	Concluído	100%
Implementação do Sistema de Governança da Justiça Federal	Concluído	100%
Ferramenta de Controle Gerencial dos Processos Sobrestados	Concluído	100%
Uniformização de sistemas informatizados.	Concluído	100%
Interoperabilidade na Justiça Federal.	Em execução	73%
Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira de servidor da JF.	Em execução	69%
Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe.	Em execução	66%
Nivelamento da infraestrutura de Tecnologia da Informação.	Em execução	50%
Projeto de pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal.	Em execução	44%
Contratações conjuntas na área de TI.	Em execução	40%
Carta de Serviços da Justiça Federal.	Em execução	21%
Depósitos Judiciais na Justiça Federal.	Em execução	5%
Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos.	Aguardando definições (alteração do escopo)	
Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais em Nova Tecnologia.	Aguardando definições (alteração do escopo)	
Estudos visando alterações na LEF (Lei de Execuções Fiscais nº 6.830/80)	Aguardando definições (alteração do escopo)	
Fortalecimento do clima organizacional, com ênfase na promoção da saúde no trabalho.	Suspenso	
Novas demandas da JF: adequação da estrutura de cargos da área judiciária.	Não iniciado	
Programa de Sustentabilidade.	Não iniciado	

Status dos Projetos Estratégicos Nacionais



1. Carta de Serviços da Justiça Federal

Gestor: Cintia da Silveira Lima

Gerente: Edimilson Cavalcante de Oliveira

Status: Em execução - 18% desenvolvido.

Objetivo do projeto: Disponibilizar aos cidadãos uma Carta de Serviços, que seja de fácil entendimento, acessível por qualquer pessoa e que possibilite ampliação do acesso à Justiça e à prestação jurisdicional célere.

Última ação: Identificar serviços dos órgãos.

Cronograma:

Acompanhamento do Gerente do Projeto

[Nova Entrega](#)
[Visualizar EAP](#)
[Visualizar Cronograma](#)
[Histórico](#)
[Gráficos](#)
[Voltar](#)

Planejamento: [Gestão Estratégica da Justiça Federal](#)

Projeto: [Carta de Serviços da Justiça Federal](#) 21

Responsável:

[Ver todas as atividades](#)
[Ocultar todas as atividades](#)

Lista de Entregas (6 registros):

Identificação	Início	Término	R\$	%	
1 Relatório de requisitos legais e técnicos elaborado	14/08/2017	22/09/2017		100	
1.1 Levantar documentos	25/10/2017	07/11/2017		100	
1.2 Estudar documentos	25/10/2017	07/11/2017		100	
1.3 Elaborar requisitos legais e técnicos	25/10/2017	28/11/2017		100	
2 Relatório de diagnóstico dos serviços elaborado	25/09/2017	17/11/2017		25	
2.1 Identificar serviços do órgãos	28/11/2017	05/03/2018		100	
2.2 Elaborar rol de serviços	05/03/2018	06/10/2017		0	
2.3 Priorizar serviços identificados	09/10/2017	20/10/2017		0	
2.4 Diagnosticar serviços priorizados	23/10/2017	17/11/2017		0	
3 Carta de serviço elaborada	20/11/2017	26/01/2018		0	
3.1 Elaborar projeto gráfico	20/11/2017	15/12/2017		0	
3.2 Especificar serviços priorizados	20/11/2017	12/01/2018		0	
3.3 Estabelecer critérios de monitoramento e avaliação	15/01/2018	26/01/2018		0	
4 Carta de serviços Institucionalizada	29/01/2018	13/03/2018		0	
4.1 Aprovar na equipe de projeto	29/01/2018	29/01/2018		0	
4.2 Aprovar no Comitê Gestor - COGEST	30/01/2018	30/01/2018		0	
4.3 Aprovar no Colegiado - CJF	31/01/2018	13/03/2018		0	
5 Carta de serviços divulgada e sistema informatizado especificado	14/03/2018	10/04/2018		0	
5.1 Divulgar no Observatório da Estratégia da Justiça federal - OE	14/03/2018	14/03/2018		0	
5.2 Divulgar nos portais da Justiça Federal de 1º e 2º graus e CJF	14/03/2018	14/03/2018		0	
5.3 Especificar processo de manutenção, monitoramento e avaliação da Carta de Serviços	14/03/2018	27/03/2018		0	
5.4 Criar banco de dados da Carta de Serviços	14/03/2018	10/04/2018		0	
5.5 Especificar sistema informatizado	14/03/2018	10/04/2018		0	
6 Projeto finalizado	11/04/2018	03/05/2018		0	
6.1 Revisar documentação	11/04/2018	24/04/2018		0	
6.2 Encerrar projeto no SEI	25/04/2018	25/04/2018		0	
6.3 Registrar lições aprendidas	26/04/2018	02/05/2018		0	
6.4 Arquivar documentação	03/05/2018	03/05/2018		0	

Próximos passos:

- ✓ Elaborar rol de serviços;
- ✓ Priorizar serviços identificados;
- ✓ Diagnosticar serviços priorizados.

2. Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira de servidor da Justiça Federal

Gestor: Jean Carlo Batista de Oliveira

Gerente: Aline Ribeiro de Mendonça

Status: Em execução - 69% desenvolvido.

Objetivo do projeto: Obter subsídios para propor iniciativas, mecanismos e estruturas de que tornem atrativo o ingresso e a permanência de servidores nas carreiras do Poder Judiciário da União e, em especial, do CJF e dos órgãos da Justiça Federal.

Acompanhamento: a iniciativa está sendo acompanhado no módulo de acompanhamento de projetos do SEI, encontra-se em desenvolvimento com algumas ações realizadas, conforme cronograma:

Planejamento: [Gestão Estratégica da Justiça Federal](#)
 Projeto: [Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira de servidor da Justiça Federal](#) 99

Responsável:

Ver todas as atividades Ocultar todas as atividades

Lista de Entregas (8 registros):

Identificação	Início	Término	R\$	%
1 Levantamento junto aos TRFs e CJF dos índices de rotatividade dos últimos 3 anos.	21/03/2016	31/03/2016		100
1.1 Consultar acerca da utilização de índices de rotatividade, bem como metodologia de acompanhamento	01/02/2017	01/02/2017		100
2 Identificação de entrevista de desligamento dos TRFs e do CJF	21/03/2016	31/03/2016		100
2.1 Identificar a utilização de entrevista de desligamento nos órgãos do Poder Judiciário.	01/02/2017	01/02/2017		100
3 Construção de instrumento de entrevista de desligamento	04/04/2016	31/03/2017		100
3.1 Apresentação de minuta do instrumento de entrevista de desligamento.	01/02/2017	01/02/2017		100
3.2 Aprovação da minuta no âmbito da SGP	02/02/2017	31/05/2017		100
3.3 Apresentação do instrumento de entrevista de desligamento ao Sistema de RH	31/05/2017	14/07/2017		100
3.4 Aprovação do instrumento pelo Sistema de RH	24/08/2017	24/08/2017		100
4 Proposta de definição e padronização - Índice de Rotatividade	11/04/2016	31/03/2017		100
4.1 Proposta do indicador	02/02/2017	02/02/2017		100
4.2 Aprovação do indicador no âmbito da SGP	02/02/2017	31/05/2017		100
4.3 Apresentação da proposta de indicador ao Sistema de RH	31/05/2017	14/07/2017		100
4.4 Aprovação do indicador pelo Sistema de RH	24/08/2017	24/08/2017		100
5 Revisão bibliográfica sobre índice de rotatividade e entrevista de desligamento	01/04/2017	30/06/2017		100
5.1 Revisão bibliográfica - entrevista de desligamento	30/05/2017	24/08/2017		100
5.2 Revisão bibliográfica - índice de rotatividade	30/05/2017	24/08/2017		100
6 Aprovação e divulgação do padrão da Justiça Federal	01/07/2017	16/12/2017		50
6.1 Apresentação de Proposta de Resolução	08/06/2017	11/09/2017		100
6.2 Aprovação da Proposta de Resolução	06/11/2017	16/12/2017		0
7 Identificação da estrutura das carreiras típicas de Estado	01/02/2018	14/12/2018		0
8 Identificação os diferenciais das carreiras reconhecidamente atrativas	02/07/2018	29/06/2019		0

Próximo passo:

✓ Aprovação da proposta de resolução.

3. Novas demandas da JF: adequação da estrutura de cargos da área judiciária

Gestor: Sheila Campello Farias Gibaile

Gerente: Carlos Alberto Colombo – TRF 4

Status: Não iniciado

Objetivo do projeto:

- Geral:

Elaborar documento propondo a redefinição de atribuições e de estrutura de cargos da área judiciária dos órgãos da Justiça Federal.

- Específicos:

- ✓ Identificar quais as atribuições dos cargos da área judiciária necessárias para atender às demandas decorrentes do processo judicial eletrônico;
- ✓ Identificar a estrutura de cargos necessária para atender às demandas decorrentes do processo judicial eletrônico.

Acompanhamento: A iniciativa foi gerada no SEI e seu Plano de Projeto - PP foi aprovado.

Cronograma:

Acompanhamento do Gerente do Projeto

[Visualizar EAP](#)
[Visualizar Cronograma](#)
[Histórico](#)
[Gráficos](#)
[Voltar](#)

Planejamento: [Gestão Estratégica da Justiça Federal](#)

Projeto: [Novas demandas da JF: adequação da estrutura de cargos da área judiciária](#)

Ver todas as atividades [Ocultar todas as atividades](#)

Lista de Entregas (6 registros):

	Identificação	Início	Término	R\$	%
1	Definição do marco analítico-conceitual	01/09/2017	30/11/2018	0	0
2	Levantamento dos impactos do processo judicial eletrônico na Justiça Federal	01/09/2017	30/11/2018	0	0
3	Diagnóstico das demandas de novas competências decorrentes do processo judicial eletrônico	01/09/2017	30/11/2018	0	0
4	Análise de cenários: alternativas de adequação da estrutura de cargos - estratégias	01/09/2017	30/11/2018	0	0
5	Desdobramento das etapas seguintes do projeto	01/09/2017	30/11/2018	0	0
6	Elaborar documento propondo a redefinição de atribuições e de estrutura de cargos da área judiciária	01/09/2017	30/11/2018	0	0

Pendência:

- ✓ Detalhar o projeto e dar início à execução.

4. Fortalecimento do clima organizacional, com ênfase na promoção da saúde no trabalho

Gestor: Sheila Campelo Farias Gibaile

Gerente: Sheila Campelo Farias Gibaile



Status: Suspenso

Objetivos do projeto:

- Geral:

Apresentar uma proposta de política de promoção à saúde no trabalho no âmbito da Justiça Federal.

- Específicos:

- ✓ Identificar os principais fatores de adoecimento dos magistrados e servidores da Justiça Federal;
- ✓ Definir pressupostos e diretrizes de promoção à saúde dos magistrados e servidores da Justiça Federal.

Acompanhamento: Na 5ª Reunião do COGEST, realizada em 20/03/2017, foi aprovado o sobrestamento do projeto, tendo em vista a divulgação a ser feita pelo CNJ dos dados sobre absenteísmo por doença e sobre realização de exames periódicos de saúde - EPS relativos a magistrados e servidores nos anos de 2015 e 2016. Com a divulgação dos dados pelo CNJ, nos moldes do Justiça em Números sobre o levantamento de dados relativos à saúde do servidor e do magistrado, o processo CJF-PRO-2015/00015, que trata sobre o acompanhamento desta iniciativa, foi encaminhado à Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP para que seja analisada a retomada do desenvolvimento do projeto.

5. Programa de sustentabilidade

Gestor: Misael Guerra Pessoa de Andrade



Gerente: Luana Carvalho de Almeida

Status: não iniciado

Acompanhamento: Com a edição da Resolução 201, de 03 de março de 2015, do CNJ que dispõe sobre a criação e competência das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implementação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ), foi pleiteada a possibilidade de exclusão desta iniciativa do portfólio de projetos da JF, uma vez que essa atribuição seria de competência da unidade ou núcleo. Diante desta possibilidade, o CJF apresentou a proposta de exclusão da iniciativa na Reunião do Comitê Gestor de Estratégica da Justiça Federal – COGEST. O COGEST, porém, definiu pela permanência no portfólio e, também, que o escopo é o monitoramento do cumprimento da Resolução CNJ n. 201/2015 pelos órgãos da Justiça Federal.

Pendências: gerar a iniciativa no módulo de acompanhamento de projetos do SEI, elaborar o Plano de Projeto e dar início a sua execução.

6. Nivelamento da infraestrutura de Tecnologia da Informação

Gestor: Jefferson Colombo Barbosa Xavier

Gerente: Jefferson Colombo Barbosa Xavier



Status: Em execução – 50% desenvolvido.

Objetivos do projeto:

- Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica visando à melhoria da satisfação dos clientes internos e externos da Justiça Federal;
- Normatizar o padrão mínimo de infraestrutura a ser disponibilizada aos usuários de TI, tempo máximo de utilização, garantia e critérios para substituição;
- Assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento e a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.

Acompanhamento: A iniciativa está sendo acompanhado no módulo de acompanhamento de projetos do SEI, encontra-se em desenvolvimento conforme o cronograma:

Acompanhamento do Gerente do Projeto

[Visualizar EAP](#)
[Visualizar Cronograma](#)
[Histórico](#)
[Gráficos](#)
[Voltar](#)

Planejamento: [Gestão Estratégica da Justiça Federal](#)

Projeto: [Nivelamento da infraestrutura de Tecnologia da Informação](#) 59

Responsável:

[Ver todas as atividades](#)
[Ocultar todas as atividades](#)

Lista de Entregas (8 registros):

Identificação	Início	Término	R\$	%
100 1 Publicação da Resolução, que dispõe sobre a Política de Nivelamento de Infraestrutura de TI da JF.	21/08/2015	21/08/2015		100
100 1.1 Publicar resolução	15/04/2016	15/04/2016		100
100 2 Entrega de plano de trabalho e cronograma de atendimento aos critérios de nivelamento.	24/08/2015	16/12/2015		100
100 2.1 Encaminhar plano de trabalho e cronograma	15/04/2016	15/04/2016		100
100 3 Instruir processo com o plano de trabalho e cronogramas do CJF e das cinco Regiões da JF.	24/08/2015	22/04/2016		100
100 3.1 Elaborar despacho para encaminhamento dos documentos	15/04/2016	15/04/2016		100
100 3.2 Sugestões na indicação das prioridades dos itens de nivelamento	15/04/2016	29/07/2016		100
34 4 Exercício de 2016 - plano de trabalho.	24/08/2015	28/02/2017		34
100 4.1 Atualizar plano de trabalho e cronograma - 2016	15/04/2016	15/04/2016		100
0 4.2 Deliberação e aprovação pelo COGEST - 2016	01/03/2016	15/05/2016		0
0 4.3 Apresentação do relatório técnico 2016 quanto ao atendimento à Política de Nivelamento	01/01/2017	28/02/2017		0
60 5 Exercício de 2017 - plano de trabalho.	24/08/2015	28/02/2018		60
100 5.1 Atualizar plano de trabalho e cronograma - 2017	08/05/2017	08/05/2017		100
100 5.2 Revisar a Política de Nivelamento de Infraestrutura	22/08/2017	22/08/2017		100
100 5.3 Deliberação e aprovação pelo COGEST - 2017	28/12/2017	28/12/2017		100
0 5.4 Aprovação pelo Colegiado da nova Resolução e publicação	04/12/2017	28/02/2018		0
0 5.5 Apresentação do relatório técnico 2017 quanto ao atendimento à Política de Nivelamento	01/01/2018	28/02/2018		0
0 6 Exercício de 2018 - plano de trabalho.	29/07/2016	28/02/2019		0
0 6.1 Atualizar plano de trabalho e cronograma - 2018	01/01/2018	28/02/2018		0
0 6.2 Deliberação e aprovação pelo COGEST - 2018	01/03/2018	15/05/2018		0
0 6.3 Apresentação do relatório técnico 2018 quanto ao atendimento à Política de Nivelamento	01/01/2019	28/02/2019		0
0 7 Exercício de 2019 - plano de trabalho.	30/11/2018	28/02/2020		0
0 7.1 Atualizar plano de trabalho e cronograma - 2019	01/01/2019	28/02/2019		0
0 7.2 Deliberação e aprovação pelo COGEST - 2019	01/03/2019	15/05/2019		0
0 7.3 Apresentação do relatório técnico 2019 quanto ao atendimento à Política de Nivelamento	01/01/2020	28/02/2020		0
0 8 Exercício de 2020 - plano de trabalho	30/11/2019	28/02/2021		0
0 8.1 Atualizar plano de trabalho e cronograma - 2020	01/01/2020	28/02/2020		0
0 8.2 Deliberação e aprovação pelo COGEST - 2020	01/03/2020	15/05/2020		0
0 8.3 Apresentação do relatório técnico 2020 quanto ao atendimento à Política de Nivelamento	01/01/2021	28/02/2021		0



Pendências: No II Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal, ocorrido em 13 e 14 de novembro de 2017, o Secretário de Tecnologia da Informação do CJF, apresentou os seguintes ajustes do escopo:

- ✓ Revisão da Resolução CJF n. 355/2015;
- ✓ Realização de licitações conjuntas dos itens de infraestrutura básica;
- ✓ Aprovação do cronograma de atendimento aos critérios de nivelamento.

7. Uniformização de sistemas informatizados

Gestor: André Ricardo Lapetina Chiaratto

Gerente: André Ricardo Lapetina Chiaratto

Status: Concluído

Objetivos do projeto:

- Assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento e a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.



- Evitar a multiplicação desnecessária de esforços e dispêndio de recursos no desenvolvimento / aquisição de sistemas semelhantes em vários órgãos da JF. Realizar desenvolvimento/aquisição conjunta de sistemas, favorecer a integração de sistemas e informações e facilitar e melhorar o controle e a gestão.

Cronograma em revisão considerando o decidido na 19ª Reunião do Comitê Gestor Institucional - CGI.

Acompanhamento: De acordo com o entendimento do gestor do projeto, com a aprovação da resolução CJF n. 442/2017, de 02 de maio de 2017, que dispõe sobre o Modelo de Gestão para Sistemas de Informação Nacionais no âmbito do Conselho e da Justiça Federal, tem-se o atendimento do escopo e, a partir da conveniência de implantar um sistema nacional, torna-se necessário mapear as ações, definir os principais atores e papéis indispensáveis à adoção de sistema de informação no âmbito da Justiça Federal.

Na 19ª Reunião do CGI, foi recusada a proposta feita pelo Secretário de Tecnologia da Informação, André Chiaratto, de finalizar o projeto, pois a Diretora-Geral ponderou que não houve nenhum sistema nacional deliberado pelo COGEST (PJe e SGRH) e sugeriu que a gestão não fique na STI, mas sim na alta administração. Foi proposto que seja revisto o escopo para que sejam feitos os ajustes necessários.

O processo CJF-PRO-2015/00011 foi encaminhado pelo Secretário de Tecnologia da Informação – STI, André Ricardo Lapetina Chiaratto, ao Secretário-Geral para análise quanto ao seu encerramento e abertura do projeto estratégico da JF Sistema Único de Gestão de Pessoas no Módulo de projetos do SEI, com a indicação do Gestor e Gerente.

8. Contratações conjuntas na área de TI

Gestor: André Ricardo Lapetina Chiaratto

Gerente: André Ricardo Lapetina Chiaratto

Status: Em execução – 40% desenvolvido.

Objetivo do projeto: Assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento e a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.

Acompanhamento: a iniciativa está sendo desenvolvida na STI/CJF e sendo acompanhada no módulo de projetos do SEI.

Cronograma:

Planejamento: [Gestão Estratégica da Justiça Federal](#)
 Projeto: [Contratações conjuntas na área de TI](#) 48

Responsável:

Ver todas as atividades [Ocultar todas as atividades](#)

Lista de Entregas (5 registros):

Identificação	Início	Término	R\$	%
1 Realizar uma aquisição conjunta em 2015 (scanner - processo CJF-ADM-2015/00049)	23/06/2015	28/02/2016		100
1.1 Identificar aquisição a ser realizada conjuntamente pelo CJF e TRFs	13/08/2015	13/08/2015		100
1.2 Elaborar Documento de Oficialização de Demanda (DOD)	13/08/2015	13/08/2015		100
1.3 Designar formalmente a equipe de planejamento da contratação	13/08/2015	13/08/2015		100
1.4 Elaborar artefatos do Modelo de Contratações de Soluções de TI da Justiça Federal	13/08/2015	15/09/2015		100
1.5 Realizar pesquisa de preços	15/09/2015	05/10/2015		100
1.6 Aprovar o Termo de Referência	15/09/2015	15/09/2015		100
1.7 Elaborar edital, ata e contrato	15/09/2015	10/11/2015		100
1.8 Realizar a licitação	10/11/2015	02/12/2015		100
1.9 Assinar contrato	15/12/2015	02/02/2016		100
1.10 Adjudicar e homologar resultado da licitação	08/01/2016	02/02/2016		100
1.11 Acompanhar início da execução do contrato	02/02/2016	02/02/2016		100
2 Realizar três aquisições conjuntas em 2017	02/01/2017	30/09/2017		100
2.1 Identificar três aquisições a serem realizadas conjuntamente pelo CJF e TRFs	08/05/2017	08/05/2017		100
2.2 Elaborar Documentos de Oficialização de Demanda (DOD)	08/05/2017	08/05/2017		100
2.3 Designar formalmente a equipe de planejamento da contratação	08/05/2017	08/05/2017		100
2.4 Elaborar artefatos do Modelo de Contratações de Soluções de TI da Justiça Federal	08/05/2017	08/05/2017		100
2.5 Realizar pesquisa de preços	08/05/2017	08/05/2017		100
2.6 Aprovar o Termo de Referência	22/08/2017	22/08/2017		100
2.7 Elaborar edital, ata e contrato	22/08/2017	31/10/2017		100
3 Realizar quatro aquisições conjuntas em 2018	01/02/2018	30/09/2018		0
4 Realizar cinco aquisições conjuntas em 2019	01/02/2019	30/09/2019		0
5 Realizar seis aquisições conjuntas em 2020	01/02/2020	30/09/2020		0

Para 2018 estão previstas aquisições conjuntas.

Próximos passos: Identificar quatro aquisições da serem realizadas conjuntamente pelo CJF e TRFs.

9. Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos em nova tecnologia

Gestor: Dr. Marcos Augusto de Sousa

Gerente: Alexandre da Luz Ramires

Status: Aguardando definições (alteração do escopo)

Objetivo do projeto: Implementar as rotinas no módulo de benefício previdenciário indicadas pelo Comitê Gestor do SCJF e delimitadas no projeto corrente, no intuito de se eliminar a necessidade de elaboração de cálculos com o uso de planilhas eletrônicas pelos servidores da área de cálculos judiciais. Estima-se que, com a disponibilização de tais recursos, o tempo médio de elaboração do cálculo diminua em uma faixa de 30%.

Acompanhamento: O seu desenvolvimento está sob responsabilidade do TRF 1. A iniciativa foi inserida no módulo de acompanhamento de projetos do SEI, ainda sem detalhamento.

Na 4ª reunião do COGEST, o gestor do projeto apresentou breve histórico e ressaltou as dificuldades que vem enfrentando com o modelo de contratação para desenvolvimento do sistema. Destacou que a alta rotatividade do pessoal terceirizado não permite a continuidade do desenvolvimento do sistema, de acordo com o planejado. Para contornar o problema, propôs



a cessão provisória de um cargo vago de cada região que, ao final dos trabalhos, seriam devolvidos à origem. Não houve adesão das demais regiões para a proposta. (CJF-MRU-2016/00157).

Pendência: No II Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal, ocorrido em 13 e 14 de novembro de 2017, foram apresentadas as seguintes propostas:

- ✓ Finalização do módulo previdenciário do sistema;
- ✓ Previsão de encerramento em abril de 2018;
- ✓ Iniciar estudos de viabilidade para conversão para ambiente web.

Esta proposta deverá ser apresentada na próxima reunião do COGEST, para análise e aprovação.

10. Projeto de pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal

Gestor: Dra. Vânia Cardoso André de Moraes

Gerente: Jaqueline Aparecida Correia de Mello - CJF

Status: Em execução - 19% desenvolvido

Objetivo do projeto: Criar o núcleo de inteligência para prevenção das demandas repetitivas em âmbito nacional, proporcionando diminuição de custo e possibilidade de prevenção e gerenciamento de forma alinhada.



Acompanhamento: A partir dos estudos do Grupo instituído para desenvolver a Pesquisa sobre Demandas Repetitivas foi elaborada a proposta de criar, no âmbito do Conselho da Justiça Federal e com o apoio do Centro de Estudos Judiciários, um núcleo de inteligência para a prevenção das demandas repetitivas em âmbito nacional.

O Centro Nacional e os Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal foram instituídos pela Portaria 369 de 2017, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, assinada em 19 de setembro deste ano. Conforme o dispositivo, os centros devem monitorar e racionalizar a identificação de demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade, além de aperfeiçoar o gerenciamento de precedentes. A ideia é estimular a resolução de conflitos massivos ainda na origem e, assim, evitar a judicialização indevida.

O Centro Nacional é composto pelo grupo operacional, responsável pelos estudos, pesquisas e levantamento de dados sobre o fenômeno da explosão de processos, de demandas repetitivas e otimização de precedentes e pelo grupo decisório, que analisará as medidas propostas para tentar otimizar e harmonizar os julgamentos dos processos.

No ano de 2017, foi apresentado ao grupo estratégico da Justiça Federal o andamento do projeto de pesquisa e criação do Centro Nacional, aprovando-se a mudança. O Centro Nacional assinou o acordo de cooperação com a Casa Civil para inserção na legislação do Planalto das informações dos temas inseridos na sistemática de demandas repetitivas, e foi encaminhada ao relator do REsp 1.657.156/RJ, Ministro Benedito Gonçalves, a primeira nota técnica elaborada pelo grupo que trata do Tema Repetitivo n. 106, fornecimento de medicamentos antineoplásicos.

Cronograma:

Acompanhamento do Gerente do Projeto

[Visualizar EAP](#)
[Visualizar Cronograma](#)
[Histórico](#)
[Gráficos](#)
[Voltar](#)

Planejamento: [Gestão Estratégica da Justiça Federal](#)

Projeto: [Projeto de pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal](#) 44

Responsável:

[Ver todas as atividades](#)
[Ocultar todas as atividades](#)

Lista de Entregas (3 registros):

Identificação	Início	Término	R\$	%
1 Criação do grupo de trabalho vinculado ao CEJ	01/02/2017	28/04/2017	0,00	100
1.1 Solicitação de indicação para as presidências	04/04/2017	04/04/2017	0,00	100
1.2 Encaminhar ofício convite para reunião inicial videoconferência	04/04/2017	04/04/2017	0,00	100
1.3 Reunião inicial videoconferência	08/06/2017	08/06/2017	0,00	100
1.4 Preparar portaria com a nomeação do grupo de trabalho	01/03/2018	01/03/2018	0,00	100
2 Criação do Centro Nacional de Inteligência	20/04/2017	29/12/2018	150.000,00	30
2.1 Preparar portaria com as atribuições/competências do Centro Nacional de Inteligência	01/03/2018	01/03/2018		100
2.2 Análise dos resultados pelo grupo de trabalho, com auxílio de especialistas, se necessário	29/06/2017	18/08/2017		0
2.3 Preparar metodologia de trabalho do Centro Nacional de Inteligência	01/03/2018	01/03/2018		100
2.4 Elaborar metodologias de notas técnicas e aprovação de temas	01/03/2018	01/03/2018		100
2.5 Preparar página de divulgação do Centro Nacional de Inteligência	27/02/2018	31/03/2018		0
2.6 Preparar aplicativo/sistema para recebimento de temas (cadastro proposição)	05/03/2018	15/05/2018		0
2.7 Preparar aplicativo/sistema para aprovação de demandas/temas	16/04/2018	15/05/2018		0
2.8 Aprovar Resolução instituindo o Centro Nacional de Inteligência e os Centros Locais	21/05/2018	24/08/2018		0
2.9 Preparar aplicativo/sistema para elaboração e aprovação de notas técnicas	21/05/2018	29/09/2018		0
2.10 Preparar aplicativo/sistema registro de controle de resultados	03/09/2018	22/12/2018		0
3 Implantação Centros Locais	30/10/2017	28/03/2020	250.000,00	0
3.1 5a Região - integração	01/03/2018	09/03/2019		0
3.2 1a Região	01/03/2018	16/03/2019		0
3.3 2a Região	01/03/2018	14/03/2020		0
3.4 3a Região	01/03/2018	14/03/2020		0
3.5 4a Região	01/03/2018	14/03/2020		0

11. Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos

Gestor: Pedro Hikaru Oishi

Gerente: Pedro Hikaru Oishi

Status: Aguardando definições (alteração do escopo)

Objetivo do projeto: Os Requisitos mínimos de Controles Internos deve prover a instituição de mecanismos de controle e monitoramento da gestão que apoiem a Alta Administração na tomada de decisões. A estruturação de um sistema de controle interno enseja a identificação dos riscos mais significativos para os objetivos dos Tribunais e o desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação desses riscos.

Pendências:

Pendência: No II Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal, ocorrido em 13 e 14 de novembro de 2017, o gestor do projeto, Pedro Hikaru Oishi, apresentou as seguintes propostas:

- ✓ Conversão da iniciativa na política de gestão de riscos (Resolução 447 de 07 de junho de 2017);
- ✓ Formação de grupos temáticos para implementação de Política Gestão de Riscos (TI, aquisições, estratégia).

Esta proposta deverá ser apresentada na próxima reunião do COGEST, para análise e aprovação.

12. Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe

Gestor: Dr. Marcelo Velasco Nascimento Albernaz

Gerente: Edimilson Cavalcante de Oliveira - CJF

Status: Em execução – 63% desenvolvido

Objetivo do projeto: Implantar o PJe no Conselho e na Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Racionalizar o uso dos recursos orçamentários destinados às despesas com os sistemas processuais informatizados existentes.

Acompanhamento: A iniciativa está sendo acompanhado no módulo de acompanhamento de projetos do SEI.

Cronograma:

Acompanhamento do Gerente do Projeto

[Nova Entrega](#)
[Visualizar EAP](#)
[Visualizar Cronograma](#)
[Histórico](#)
[Gráficos](#)
[Voltar](#)







Planejamento: [Gestão Estratégica da Justiça Federal](#)

Projeto: [Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe](#) 66

Responsável:

[Ver todas as atividades](#)
[Ocultar todas as atividades](#)

Lista de Entregas (4 registros):

Identificação	Início	Término	R\$	%	
1 Implantação na 1ª Região				86	
100 1.1 Fase preparatória	23/10/2015	23/10/2015		100	
63 1.2 Implantação no 1º Grau	02/08/2016	28/12/2018		63	 %
93 1.3 Implantação no 2º Grau	02/08/2016	01/12/2014		93	 %
2 Implantação na 2ª Região				0	
0 2.1 Fase preparatória	01/01/2018	31/12/2019		0	
0 2.2 Implantação no 1º Grau	01/01/2018	31/12/2019		0	
0 2.3 Implantação no 2º Grau	01/01/2018	31/12/2019		0	
3 Implantação na 3ª Região				85	
100 3.1 Fase preparatória	23/10/2015	23/10/2015		100	
69 3.2 Implantação no 1º Grau	02/08/2016	28/12/2018		69	 %
85 3.3 Implantação no 2º Grau	02/08/2016	20/12/2018		85	 %
4 Implantação na 5ª Região				93	
100 4.1 Fase preparatória	23/10/2015	23/10/2015		100	
78 4.2 Implantação no 1º Grau	02/08/2016	30/11/2010		78	 %
100 4.3 Implantação no 2º Grau	02/08/2016	05/06/2017		100	

Pendências:

- ✓ Migração da 5ª Região para a versão nacional;
- ✓ Definição do cronograma de implantação para a 2ª Região.

13. Interoperabilidade na Justiça Federal

Gestor: Dr. Eduardo Picarelli

Gerente: Cristian Ramos Prange

Status: Em execução - 73% de desenvolvido.

Objetivo do projeto: Identificar as necessidades de interoperabilidade entre os órgãos que atuam na Justiça Federal para utilização do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe e outros sistemas.

Acompanhamento: A iniciativa está em desenvolvimento e é coordenado por representante do TRF4. Encontra-se em pleno desenvolvimento com diversas ações realizadas, de acordo com o cronograma:

Planejamento: Gestão Estratégica da Justiça Federal
 Projeto: Interoperabilidade na Justiça Federal 73

Ver todas as atividades Ocultar todas as atividades

Lista de Entregas (3 registros):

Identificação	Início	Término	R\$	%
1 Gerenciamento do Projeto	12/05/2015	16/06/2017		64
1.1 Iniciação	01/04/2016	01/04/2016		100
1.2 Acompanhamento e Avaliação	01/04/2016	15/06/2016		90
1.3 Encerramento	16/06/2017	16/06/2017		0
2 Implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI	01/03/2016	16/06/2017		100
2.1 Definição da versão do MNI a ser adotada	30/03/2016	30/03/2016		100
2.2 Integração com STJ e STF via MNI	30/03/2016	30/03/2016		100
2.3 Integração ao Escritório Digital do CNJ	30/03/2016	13/07/2016		100
2.4 Integração com a TNU	30/03/2016	13/07/2016		100
2.5 Integração com PGFN	01/04/2016	01/06/2017		100
3 Integrações extra-MNI	30/03/2016	16/06/2017		53
3.1 Integração com INSS	30/03/2016	20/12/2016		95
3.2 Integração com a CEF	30/03/2016	16/06/2017		10

Pendências: No II Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal, ocorrido em 13 e 14 de novembro de 2017, o gestor do projeto, o Juiz Federal Dr. Eduardo Picarelli apresentou as seguintes propostas de ajuste no escopo:

- ✓ Priorizar a integração com o DATAPREV e BACENJUD (sem custos para a JF);
- ✓ Acompanhamento da atualização do MNI junto ao CNJ.

14. Estudos visando alterações na LEF (Lei de Execuções Fiscais nº 6.830/80)

Gestor: Dr. Anderson Furlan Freire da Silva



Gerente: Mario Procopiuck - SJPR

Status: Sem informações

Objetivo do projeto: Aguardando definições (alteração do escopo)

Acompanhamento: A iniciativa não foi gerada no módulo de acompanhamento de projetos do SEI, não sendo possível realizar o seu acompanhamento.

Pendências: No II Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal, ocorrido em 13 e 14 de novembro de 2017, o gestor do projeto, o Juiz Federal Dr. Anderson Furlan Freire da Silva, apresentou as seguintes propostas de alteração:

1. Escopo:

- ✓ Customização das rotinas informatizadas de execução fiscal;
- ✓ Realização de projeto piloto (4ª e 5ª Regiões).

2. Estruturação de novos projetos:

- ✓ Estudo de viabilidade de Portal de Alienação de bens;
- ✓ Criação de portal de boas práticas.

Esta proposta deverá ser apresentada na próxima reunião do COGEST, para análise e aprovação.

15. Depósitos Judiciais na Justiça Federal

Gestor: Jorge Antonio Maurique

Gerentes Regionais:

1ª Região - Desembargador Federal Hercules Fajoses;

2ª Região – Juiz Federal Wilson José Witzel;

3ª Região - Juiz Federal Paulo César Neves Júnior;

4ª Região - Desembargador Federal Jorge Antonio Maurique;

5ª Região - Jaelson Rodrigues Ferreira.

Status: Em execução

Objetivo do projeto: Regularização dos depósitos judiciais em processos baixados e em processos em tramitação com valores desbloqueados, bem como dos depósitos realizados em nome dos beneficiários de requisições de pagamento e precatórios, com a destinação dos valores às partes ou a conversão em renda para a União.

Acompanhamento:

- ✓ Publicação da Portaria nº. 00249/2017 que dispõe sobre a designação do gestor nacional e dos gerentes regionais;
- ✓ Realização da primeira reunião presencial, em 17 de outubro de 2017, para estruturação do projeto;



- ✓ Publicação da Portaria nº. 00454/2017 que dispõe sobre a designação do gestor nacional e dos gerentes regionais;
- ✓ Inserção no módulo de acompanhamento de projetos de SEI;
- ✓ Realização da segunda reunião de acompanhamento do desenvolvimento, em 12 de dezembro de 2018.
- ✓ Expedição de ofício à Caixa Econômica Federal para que forneça para todos os tribunais regionais federais planilhas atualizadas com as contas dos depósitos judiciais, até o final de janeiro de 2018

Próximos passos:

- ✓ Detalhamento das entregas e atividades no módulo de acompanhamento de projetos do SEI.